O PAPEL DO EDUCADOR NA INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE NA SALA DE AULA

ANDRÉIA MACIEL VIEIRA LIMA DA ROCHA

RESUMO

Vivemos em uma sociedade na qual a maioria sobrevive, enquanto uma minoria goza dos prazeres e das riquezas da vida, formando dominantes e dominados, sendo marcados pelos contrastes da sociedade moderna. A inclusão vem sendo desenvolvida no contexto escolar há pouco tempo. O aluno especial foi visto por muito tempo como alguém sem expectativa, incapaz e improdutivo. É preciso lembrar-se de todas as atrocidades que foram cometidas ao longo dos tempos para não as repetir. Ainda há muito a ser buscado e a ser alcançado, como também existem muitos envolvidos dispostos a percorrer esse caminho para amenizar as diferenças e enfatizar a credibilidade do processo inclusivo.

PALAVRAS CHAVE: Educador, Inclusão, Deficiente, Sala de Aula.

ABSTRACT: We live in a society in which the majority survives, while a minority enjoys the pleasures and riches of life, forming dominant and dominated, being marked by the contrasts of modern society. Inclusion has been developed in the school context for a short time. The special student was seen for a long time as someone without expectations, incapable and unproductive. We need to remember all the atrocities that have been committed over time so as not to repeat them. There is still a lot to be sought and achieved, as there are also many people involved willing to take this path to alleviate differences and emphasize the credibility of the inclusive process

KEYWORDS: Educator, Inclusion, Disability, Classroom.

INTRODUÇÃO

Segundo Goldstein (2001), as crianças com deficiência possuem dificuldade com tarefas monótonas e repetitivas. Portanto, pedir que a criança preencha questionários e fornecer listas para serem memorizadas parece trazer pouco resultado.

Elas precisam que o material seja apresentado de forma a "capturar" sua atenção. Quanto mais cativante e interessante for o material, mais provável que o estudante preste atenção e permaneça na tarefa (pode se usar tipos variados de materiais visuais, com cores, desenhos, gravuras). É mais interessante aprender cálculos ou como soletrar palavras no formato de jogos do que completando uma série de trabalhinhos escritos. Os jogos podem tomar diferentes formatos (usando vídeo, computador, campeonatos) e o ideal é fazer com que as lições requeiram tanto mais participação e atividade da criança quanto for possível, pois estas crianças detestam ficar muito tempo fazendo trabalhos sentados.

PARA SASSAKI (1999, p. 42)

"A educação inclusiva tem como objetivo a construção de uma sociedade para todos, e, assim, sua prática repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação"

Para o autor Mattos (2004) o portador deficiência possui algumas limitações que dificultam que ele se comporte ou realize as tarefas do mesmo modo que as outras crianças.

Portanto, é importante tentar amenizar o impacto da deficiência tanto na vida acadêmica da criança quanto em sua vida social. Desse modo, os professores devem dar um atendimento diferenciado ao aluno, que aumente suas chances de ser bem-sucedido, apesar de seus déficits.

O que o professor pode fazer é estabelecer metas que a criança possa cumprir, fazendo exigências de um modo coerente.

"Um novo desafio se impõe à prática docente na contemporaneidade, o trabalho em equipe, pois "o professor sozinho não pode de forma isolada transformar um centro educacional em espaço inclusivo, mesmo que sua sala de aula seja um espaço inclusivo", é necessário colaboração e articulação entre toda a comunidade escolar, especialmente da família (DÍEZ, 2010, p. 21). "

Para promover a aprendizagem efetiva dos alunos com necessidades especiais, o professor não deve se limitar às habilidades que eles já possuem, mas criar oportunidades para desenvolver outras habilidades e desafiar suas limitações.

A escola deve ser um ambiente inclusivo que ofereça suporte adequado para crianças autistas e utilize abordagens metodológicas personalizadas para atender às necessidades individuais de cada criança.

Os educadores devem estar preparados para lidar com essas situações e tomar medidas adequadas para ajudar os alunos.

A participação da família é crucial nesse processo, uma vez que a rejeição muitas vezes começa em casa.

O EDUCADOR E OS PAIS DOS ALUNOS DE INCLUSÃO

Um dos questionamentos por parte dos pais segundo o autor é de que se um tratamento especial não vai constranger o aluno e evidenciar que ele é "diferente" dos outros? Para o autor os pais temem que os filhos fiquem "marcados" "rotulados" como diferentes se forem oferecidos auxílios extras ou se o professor souber do diagnóstico. Uma das metas do tratamento diferenciado é ajudar pessoas a se ajustarem às suas dificuldades, elas devem se sentir confortáveis em ser um pouco diferente, e com a necessidade de modificações em seu estilo de vida.

O professor pode ajudar a classe a entender o problema e a necessidade de "ajudas especiais" ou modificações de expectativas.

No entanto, para assegurar um bom desempenho dos alunos, os professores devem:

Assegurar que as instruções sejam claras, simples e dadas uma de cada vez;

Evitar segregar a criança;

Desenvolver um repertório de atividades físicas para toda a turma, como exercícios de alongamento ou isométricos;

Estabelecer intervalos previsíveis de períodos sem trabalho;

Reparar se a criança se isola durante situações recreativas barulhentas, pois isto pode ser um sinal de dificuldades de coordenação ou auditivas, que irão exigir uma intervenção adicional;

Preparar com antecedência a criança para as novas situações;

Desenvolver métodos variados, utilizando apelos sensoriais diferentes (som, visão, tato)

Não ser mártir;

Permanecer em comunicação constante com o psicólogo ou orientador da escola;

Mattos (2004) deficientes conseguem ter bom desempenho acadêmico (e profissional no futuro), mas muitas delas apresentam desempenho abaixo do esperado em relação aos seus pares e ao potencial, não sendo raras as repetições.

Muitos pais se perguntam: Será que meu filho não se dá bem na escola porque não estuda ou será que ele não estuda porque, por mais que se esforce, não consegue se dar bem? O autor responde: Ninguém gosta de fazer (dia após dia, ano após ano) algo que não consegue fazer direito como os demais.

Se o aluno eventualmente pega objetos que não lhe pertencem, trata animais com crueldade, destrói deliberadamente a propriedade alheia, mente com frequência, demonstra interesse sexual exagerado ou muito precoce com sexo, é provável, segundo o autor; que esteja apresentando sintomas do Transtorno de Conduta; e frente a qualquer destes indícios, é importante que tais comportamentos sejam avaliados por um especialista. É preciso ter cautela para não atribuir tudo ao TDAH diz Mattos (2004).

Segundo Rohde e Benczik (1999), os pais com frequência se queixam de que o relacionamento com seus filhos, difícil e desgastante, pois momentos de relação prazerosa são entrecortadas por inúmeros momentos de relação tensa, e tumultuada.

Algumas dicas são citadas pelo autor para tentar aliviar essa tensão, são dicas gerais e estratégias cognitivo comportamentais específicas para o manejo de comportamentos frequentemente encontrados nestas crianças, sem esquecer que estas estratégias dificilmente funcionarão sem a associação com intervenções psicoterápicas individuais ou familiares.

Rohde e Benczik (1999), apresentam dicas para estabelecer prioridades, que para os autores significam observar três pontos importantes:

Qual é a dificuldade mais importante da criança?

Qual a incomoda mais?

Qual atrapalha mais o funcionamento dela?

Os pais devem pensar e escrever todas as dificuldades da criança. Após fazer um ranking, colocando-as em ordem de prioridade, estabelecer uma estratégia de manejo para a dificuldade maior.

Resolver estas dificuldades e só então passar a dar atenção para o próximo:

Pensar antes de agir

Usar o reforço positivo antes da punição

Manter constância de estratégias

Proporcionar uma atividade física regular para o seu filho

Atenção

O TEA E A INCLUSÃO

O TEA é classificado como um transtorno global do desenvolvimento, caracterizando-se pelo desenvolvimento atípico da interação social, da comunicação e da presença de um repertório marcante restrito de interesse e atividade, considerando que a interação social entre alunos e educadores é a base fundamental para que ocorram trocas de experiências no ambiente escolar.

Diante desta concepção acreditamos que a educação especial deva ser pensada de modo que o discente seja visto como um ser construtor de seu conhecimento, capaz de interagir, e que tenha materiais que estimulem suas habilidades.

No livro "Pedagogia do Oprimido", Paulo Freire enfatiza a importância do papel do professor como problematizador da realidade do aluno, a fim de que suas vivências sejam incluídas no processo de aprendizagem. Para Freire, ensinar a pensar e problematizar a realidade é a melhor forma de produzir conhecimento, permitindo que o aluno se reconheça como ser social.

No caso da alfabetização de alunos autistas, é responsabilidade do professor alfabetizador conscientizá-los como construtores de seu próprio conhecimento, utilizando metodologias centradas no aluno e incluindo a prática. Freire também destaca a relação entre opressores e oprimidos, enfatizando a necessidade de trabalhar em conjunto para garantir a educação inclusiva. Os artigos sobre educação inclusiva enfatizam a importância do trabalho colaborativo entre professores e famílias, a fim de fornecer materiais que estimulem a aprendizagem da criança, especialmente em relação ao letramento.

As pessoas com TEA não devem ser consideradas como uma tabula rasa, mas levar em conta suas vivências, independentemente de suas dificuldades. Sendo assim, nossa reflexão parte de atitudes procedimentais diárias, que mostram essa opressão ao se alfabetizar uma criança autista, e por outro lado, existem os questionamentos partindo das necessidades e dificuldades encontradas para que essa alfabetização aconteça. Essas pessoas têm uma perturbação no Sistema Nervoso que afetam algumas áreas, e consequentemente dificulta sua interação social, seu domínio de linguagem e comunicação, as práticas pedagógicas devem ser desenvolvidas respeitando essas limitações, mas ao mesmo tempo incentivando a superação. Assim, uma boa metodologia deve ser iniciada com a redução do número de alunos por turma, para que o professor possa oferecer a assistência necessária, além de serem criadas também rotinas de trabalho, incluindo a arrumação da sala, a forma de escrever no quadro, entre outros.

SEGUNDO SCHWARTZMAN E ASSUNÇÃO JUNIOR (1995, p. 34):

“Quanto mais significativo para a criança forem os professores, maiores serão as chances de ela promover novas aprendizagens, ou seja, independentemente da programação estabelecida, ela só ganhará dimensão educativa quando ocorrer uma interação entre o aluno autista e o professor.”

Diante disso podemos analisar o quanto ainda falta na formação dos professores, nas intervenções dos gestores, e no entendimento referente aos alunos autista, vendo que esses alunos tem os mesmos direitos de se desenvolver cognitivamente e de socialização com o próximo pois é um direito garantido pela legislação

12.764, de dezembro de 2012.

ATUAÇÃO DOS PROFESSORES DIANTE DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O professor não deve limitar suas aulas às habilidades que os alunos já possuem, mas deve criar oportunidades para desenvolver outras habilidades e superar as limitações das crianças com necessidades especiais, como as autistas.

É crucial que a escola seja um ambiente inclusivo e ofereça metodologias adequadas às necessidades de cada criança. Os profissionais da educação precisam estar preparados para lidar com essas situações e tomar medidas apropriadas para ajudar as crianças.

É importante envolver a família nesse processo, já que muitas vezes a rejeição começa em casa. Como aponta Santos (2008, p.14), muitas pessoas não sabem nada sobre autismo, o que pode fazer com que os pais se sintam isolados e desinformados sobre como lidar com a condição de seus filhos.

É preciso levantar a discussão para o caminho percorrido pela educação brasileira para concretizar seu “projeto inclusivo”, que esbarrou em “equívocos conceituais e dificuldades na reorganização pedagógica”, os avanços da escola brasileira nessa direção têm acontecido de forma lenta, pois ainda há “muita resistência por parte das instituições à inclusão plena e incondicional, e isso ocorre por causa da inexperiência com a diferença” (MANTOAN, 2010, p. 13).

O sistema educacional brasileiro tem passado por mudanças importantes nas últimas décadas, e nesse contexto, o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP, 2007) destacam

que o movimento global pela inclusão educacional é uma iniciativa política, cultural, social e pedagógica. Essa iniciativa visa defender o direito de todos os alunos a estudarem juntos, aprenderem e participarem sem qualquer forma de discriminação.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007, p.1)

A educação inclusiva tem uma história marcada pela segregação. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 10% da população tem algum tipo de deficiência, o que representa aproximadamente 15 milhões de brasileiros, de acordo com o Censo do IBGE de 2000. Em 2004, com o objetivo de melhorar a formulação de políticas públicas, o MEC começou a definir com mais precisão as diferentes categorias de deficiência (BIAGGIO, 2009, p.21).

Um novo desafio se impõe à prática docente na contemporaneidade, o trabalho em equipe, pois "o professor sozinho não pode de forma isolada transformar um centro educacional em espaço inclusivo, mesmo que sua sala de aula seja um espaço inclusivo", é necessário colaboração e articulação entre toda a comunidade escolar, especialmente da família (DIEZ, 2010, p. 21).

É notável que a inclusão está se tornando cada vez mais comum em nossas vidas diárias. Portanto, é importante que a família e a escola trabalhem juntas para garantir que as crianças autistas recebam o acompanhamento adequado, a fim de promover seu desenvolvimento completo e significativo.

A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS NAS ESCOLAS

A importância da Língua de Sinais, a garantia de sua aquisição e a utilização da mesma vem sendo reconhecida como um caminho necessário no atendimento educacional de crianças com deficiência auditiva.

O Brasil enfrenta nesse início de século e milênio uma série de desafios na área da Educação, principalmente na questão da Educação Especial.

E nesta relevância nós brasileiros temos que superar os mecanismos objetivos e subjetivos que tem impedido o acesso ou dificultado a permanência de alunos com necessidades educativas especiais em escolas, aspectos já superados em vários países em décadas passadas.

A ESSE RESPEITO MAZZOTTA AFIRMA:

"Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais. Tais medidas educacionais foram se expandindo, tendo sido primeiramente para os Estados Unidos e Canadá e posteriormente para outros países, inclusive o Brasil. Uma investigação sobre estas medidas mostra que até o final do século XIX diversas expressões eram utilizadas para referir-se ao atendimento educacional aos portadores de deficiência: Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa. Algumas dessas expressões, ainda hoje, são utilizadas a despeito de sua impropriedade, segundo meu ponto de vista. (MAZZOTTA, 1999. p.17)"

Diante deste quadro, há que se atentar constantemente para que os direitos, historicamente conquistados sejam assegurados e possam proporcionar condições benéficas a inclusão social e consequentemente à educação de todos os alunos, alcançando patamares mais elevados que busque efetivar a educação como direito de todos, ou seja, garantir o acesso, a permanência e a qualidade do ensino.

Percorrendo os períodos da história, desde os mais remotos tempos, evidenciam-se teorias e práticas sociais marginalizadas, inclusive quanto ao acesso ao saber. Poucos podiam participar dos espaços sociais nos quais se transmitiam e criavam conhecimentos. A pedagogia da exclusão tem origens remotas, condizentes com o modo como estão sendo construídas as condições da existência humana.

A LINGUAGEM E A CRIANÇA SURDA

A linguagem torna-se elemento integrador do sujeito no mundo e dessa forma, a educação infantil é um espaço privilegiado para o desenvolvimento infantil.

Diferentes perspectivas assumidas ao papel da linguagem no funcionamento humano levam naturalmente a diferentes interpretações. Queremos destacar algumas considerações importantes referentes à linguagem em casos de surdez.

O valor fundamental da linguagem está na comunicação social, em que as pessoas fazem-se entender umas pelas outras, compartilham experiências emocionais e intelectuais e planejam suas vidas e da sua comunidade.

A linguagem permite a comunicação ilimitada acerca de todos os aspectos

da realidade, permite também reinventar o mundo cultural. Graças a linguagem, a criança pode aprender sobre o mundo, pode também socializar-se, adquirir valores, regras e normas sociais e assim, aprender a viver em comunidade.

A linguagem permite à criança obter explicações sobre o funcionamento das coisas e do mundo e sobre as razões do comportamento das pessoas. Se não houver uma base linguística suficientemente compartilhada, e de um bom nível de competência linguística para permitir uma comunicação ampla e eficaz, o mundo da criança ficara. Confinado a comportamentos estereotipados aprendidos em situações limitadas.

Assim. A linguagem tem a importante função interpessoal de permitir a comunicação social, ela também tem a vital função intrapessoal de permitir o pensamento, a formação e o reconhecimento de conceitos, a resolução de problemas, a atuação refletida e a aprendizagem consciente.

Vygotsky (1993), coloca que o acesso pleno do aprendiz aos códigos de uma língua e esta pode ser plenamente aprendida pela criança desde cedo quando exerce sua primeira interações com o grupo social.

Alguns pesquisadores desde o século XVIII, argumentavam-se, que o atraso de desenvolvimento do surdo, seu acesso lento e incompleto ao pensamento abstrato devido seus déficits relacionados à audição, o levavam há uma capacidade linguística limitada.

O desenvolvimento da criança surda deve ser compreendido como um processo social, e suas experiências de linguagem concebidas como instâncias de significações e de mediação nas suas relações com a cultura nas interações com o outro.

A criança nasce imersa na linguagem, o modo e as possibilidades dessa imersão são cruciais na surdez. Sobretudo nas situações de surdez congênita ou precoce em que há problemas de acesso à linguagem falada, a oportunidade de incorporação a língua de sinais mostra-se necessária para que sejam configuradas condições propícias à expansão das relações interpessoais e intrapessoais.

Os problemas tradicionalmente apontados como característicos da criança surda são produzidos na maioria das vezes por condições sociais.

A partir das contribuições de Vygotsky, consideremos uma visão de sujeito psicológico como "organismo que interage com o meio (ou se adapta a este), a atenção é predominantemente posta no deficiente auditivo, em sua deficiência orgânica. Porém, quando o sujeito psicológico é concebido em sua constituição nas relações sociais, o foco se desloca para a pessoa surda enquanto participante da cultura".

Importa, então, considerar sua subjetividade, construída principalmente em função das experiências de linguagem que tem nos relacionamentos com outros: ouvintes ou surdo e, da imagem de surdo que circula no grupo social.

Com as mudanças propostas pela Lei nº 9394/96, a educação infantil, embora não obrigatória, passa a constituir a primeira etapa da educação básica, a ser ofertada pela rede de ensino municipal.

Tendo em vista o exposto até aqui referente a linguagem quero destacar como referência a abordagem Vygotskyana do desenvolvimento dos sujeitos na aquisição da linguagem.

A linguagem – como já vimos, tem um lugar central, como mediadora das interações e como instância de significação por excelência, ou seja, ela não pode ser reduzida meramente a um instrumento de comunicação.

Pensamento e linguagem não são, pois, processos paralelos e independentes, mas afetam-se reciprocamente. A relação entre pensamento e linguagem se constitui em um movimento contínuo de vaivém do pensamento para a palavra e vice-versa (Vygotsky, 1993).

Assumindo esse estatuto especial da linguagem em sua relação com o pensamento, a falta da linguagem acarretará graves consequências para o desenvolvimento social, emocional e intelectual do ser humano. E se a linguagem exerce um papel mediador na relação com o mundo e fundamental na construção da subjetividade, como se dará a construção da linguagem para a criança surda?

Segundo Lúria (1986), os processos de desenvolvimento do pensamento e da linguagem incluem o conjunto de interações entre a criança e o ambiente, podendo os fatores externos afetar esses processos, positiva ou negativamente. Torna-se, pois, necessário desenvolver alternativas que possibilitem às crianças surdas, meios de comunicação que as habilitem a desenvolver seu potencial linguístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da educação inclusiva é reestruturar o sistema educacional, para efetivamente oferecer uma escola pensada e organizada para atender a todos os alunos, independente das suas demandas educacionais.

Percebe-se que para ocorrer a inclusão escolar ainda são necessárias muitas

mudanças nas escolas, a fim de proporcionar aos alunos com necessidades educacionais especiais uma aprendizagem de qualidade, e independente da dificuldade possam ter oportunidades adequadas de ensino e que sua inclusão não seja apenas uma integração física ou social, mas sim relacionada a aprendizagem.

Conclui-se que precisamos incorporar as diferenças como atributos naturais de todos os seres humanos para que assim possamos reconhecer e afirmar esses direitos, assimilando valores, princípios e metas a serem alcançadas.

A inclusão é um processo legal, político e social, o qual necessita da ajuda de pais/familiares, escola e comunidade para ser efetivamente concretizado.

REFERÊNCIAS

ARTIOLI, Ana Lucia. A educação com aluno com deficiência na classe comum: a visão do professor. Revista Psicologia educacional. n.23 São Paulo: 2006.

CARVALHO Rosita Edler. 1997. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: WVA.

CARVALHO, Vilson Sérgio. Recursos utilizados na aprendizagem de alunos de classe especial. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro: 2012.

DÍEZ, Anabel Moriña. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Tradução Grupo Solucion-SP. Inclusão, Revista da Educação

Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 16-25.

PLESTCH, Márcia Denise. A formação dos professores para a educação inclusiva: Legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisa. Educar em Revista, n 33. Curitiba, 2009.

PRAÇA, Elida Tamara Prata de Oliveira. Uma reflexão acerca da inclusão do aluno autista no ensino regular. Dissertação de mestrado: Mestrado profissional em matemática. Juiz de Fora – Minas Gerais, 2011.

MANTOAN, Maria Tereza Eglêr. Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2005.

MASI, Ivete. Programa nacional de apoio a educação de deficientes visuais: associação brasileira de educadores de deficientes visuais – abedev: 2012.

MUSIS, Carlo Ralph; CARVALHO, Sumaya Persona. Representações sociais de professores acerca do aluno com deficiência: a prática educacional e o ideal do ajuste à normalidade. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 110, p. 201-217, jan.-mar. 2010 MAZZOTTA, M. J. S. Liberando a mente. Campinas. Raboni, 1982.

MENDES, E. G. Raízes históricas da educação inclusiva. Seminários Avançados sobre Educação Inclusiva, ago. 2001, Marília: UNESP.

MORIN, Edgar. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULA, A. R.; COSTA, C. M. A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva.

Brasília: MEC, 2007.

RODRIGUES, Daniela da Silva. Caracterização das pessoas com deficiência em idade economicamente ativa e mapeamento das instituições atuantes de assistência no município de São Carlos. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 107-118.

ROCHA, A. Educação Profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência: Relato, Criticas e Reflexões: MEC/SEESP, 2015.

ROHDE, L. A.P. E BENCZIK, E.B. P. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: o que é? Como ajudar? Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SILVA, A. B.B. Mentes Inquietas: Entendendo Melhor o Mundo das Pessoas Distraídas, Impulsivas e Hiperativas. São Paulo: Gente, 2003.